



João Augusto da Palma

Advogado especialista (USP) em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, professor e escritor
palmaadvocaciapalma@gmail.com

Uma nova "parceria" para o empresário

Ser uma empresa leve, enxuta, que saiba fazer suas economias, aumentar sua lucratividade, com menos conflitos e poder dizer-se inteligente é a expectativa de todo empreendedor moderno. O futuro fica promissor e os novos projetos fluem naturalmente.

Já para quem ocupa um posto de gestor numa empresa pública ou na administração direta de um ente estatal seus pensamentos ficam atrelados aos comprometimentos que vem da própria natureza e propósitos da sua organização. Não há dúvida de que os desafios são outros e enormes no contexto atual.

A realidade nos mostra que se impõe a quem conduz uma organização pública é a necessidade de olhar os (bons) métodos dos administradores privados e deles extrair o conhecimento e práticas que sejam recomendáveis e adaptáveis.

Os empresários quando se aproximam de uma organização estatal sentem as diferenças dos padrões de gestão e sofrem com as dificuldades que lhes são oferecidas, seja em qual for o nível (do municipal ao federal). Se decepcionam. As noções de tempo e de racionalização dos recursos (economias) são outras.

Esse contraste entre o público e o privado tem sido cada vez maior ao longo da nossa história. Mas não quer dizer que não se deva enfrentá-lo.

É o que sugere a Lei da Liberdade Econômica de iniciativa do governo federal nos seus primeiros meses, o que é um fato positivo. Se está bem intencionado haverá tempo para implementá-la e evoluir. Aprimorar com fidelidade ao que se declara poder fazer. É o compromisso a ser conferido e exigido por todos.

O país precisa de governo, mas também depende dos seus empreendedores que reclamam do Estado insensível, burocrático, com amarras que impedem o desenvolvimento, como se a iniciativa privada e os criativos impulsionadores da economia não fossem seus colaboradores, tão e tão interessados.

A Liberdade Econômica surge neste sentido, no momento que se espera um pouco mais de cada um, não bem para aumentar riquezas, mas para ajudar na sobrevivência, reduzindo a pobreza e atenuando as diferenças sociais, fomentando trabalho, atividade que pode não ser sob o velho modelo do emprego, porque novas formas de contratação estão idealizadas e disponíveis em nosso Direito.

É possível esperar mais dos empreendedores individuais e das empresas, mas, para isso, é fundamental que o Estado brasileiro seja parceiro, sem segundas intenções.

Facilitar o dia-a-dia de quem procura uma repartição pública é essencial. Não menos é não desprezar o colaborador que detém a sabedoria da gestão - o empreendedor particular.

Estado transformador e empresas modernas tendem se aproximar no que lhes possa ser estimulador, com gestão flexível, enfrentando duras decisões e soluções criativas, determinando prioridades, valorizando o seu capital humano, motivando suas potencialidades, impulsionando-se numa nova dinâmica, reduzindo riscos e concretizando resultados.

A fórmula para se enfrentar essas velhas questões brasileiras está posta neste momento, sem rodeios, pesquisando a essência das nossas verdades. Sem se afastar do que sabemos ser necessário para melhorar a vida de todas as gerações.

CONDIÇÕES PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS NESTA SEÇÃO:

A seção "Opinião", do jornal Tribuna Paulista se propõe a ser um espaço para a pluralidade de ideias e pontos de vista em assuntos de interesse da sociedade, sem caráter político.

**Dia
par**

Pa
respo
prati
temp
para
Na
ção, j
que o
temp
pagar
Pa
cer an
plane
financ
Li
das C
1
Pa
dado
conv
gar n
pode
junto
Natal
2
Pa
antec
Muito
bam
vão e
muito
ment
3
C
cada
deixe
fazer
ções
fiscal
temp
os ve
4
Ni
palme
núme
prazo
essas
branc
5
En
Incer
mais
apre
pode
6
B
neces
pass
ou m
ao ap

FONTE = TRIBUNA
DATA = 08/10/19
PG = A-2